

Eliane Pereira Almeida Vale

Mestra em Geografia (PPGEO/UESB)

E-mail: eliane.pav@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8836-9026>

Janio Santos

Doutor em Geografia e Professor Pleno (DCHF/UEFS)

E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-0730-1271>

RESUMO

Este artigo apresenta a gênese da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e das políticas de convivência com o semiárido, em contraposição as estratégias do “combate à seca” adotadas pelo Estado, nas suas diferentes formatações. Buscou-se elucidar, por meio das pesquisas bibliográfica e documental, somadas aos depoimentos de colaboradores da instituição, como a ASA se torna, dentro dos limites condicionantes do sistema capitalista, um movimento contra-hegemônico. Se percebe na estrutura organizacional e de gestão uma lógica, majoritariamente, horizontalizada no âmbito das relações institucionais, além do processo emancipatório imbuído nas formações que compõem o plano de trabalho dos programas de convivência.

Palavras-chave: “Combate à seca”; Convivência com o Semiárido; Estado; ASA.

ABSTRACT

This article presents the genesis of the Brazilian Join Semi-arid (ASA) and the policies of coexistence with the semi-arid. This, in opposition to the “drought-fighting” strategies adopted by the State, in its different formats. Through bibliographical and documentary research and testimonies by employees of the institution, it is analyzed how ASA became a counter-hegemonic movement, with the limits of the capitalist system. It is perceived in the organizational and management structure a logic, mostly, horizontalized in institutional relations and in the emancipatory process imbued in the formations that make up the work plan of the coexistence programs.

Keywords: Drought-fighting; Semi-arid Coexistence; State; ASA.

RESUMEN

Este artículo presenta la génesis de la Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) y las políticas de convivencia con los semiáridos. Esto, en oposición a las estrategias de “lucha contra la sequía” adoptadas por el Estado, en sus diferentes formatos. A través de investigaciones bibliográficas y documentales y testimonios de empleados de la institución, se analiza cómo ASA se convirtió en un movimiento contrahegemónico, con los límites del sistema capitalista. Se percibe en la estructura organizativa y gerencial una lógica, principalmente, horizontalizada en las relaciones institucionales y en el proceso emancipatorio imbuído en las formaciones que conforman el plan de trabajo de los programas de convivencia.

Palabras clave: Combate a la Sequía; Convivencia con el Semiárido; Estado; ASA.



1. INTRODUÇÃO

A discussão apresentada neste artigo é parte de uma ampla pesquisa que abordou, dentre outros assuntos, a gênese da ASA e a construção da política de convivência com o semiárido, como contraponto às políticas públicas implementadas pelo Estado ao longo da história do Brasil, no Nordeste (VALE, 2020). O discurso de atenuar as adversidades sociais oriundas dos fatores climáticos peculiares da região semiárida, por meio das instituições estatais interventoras, posicionou o Nordeste, por séculos, como região de estagnação econômica e de práticas produtivas rústicas e retrógradas, no Brasil (ANDRADE, 1984), bem como fortaleceu o positivismo naturalista ao se analisar e interpretar os meandros da realidade na região.

Na imbricada e confluyente conjuntura de relações de poder estabelecidas por agentes endógenos e exógenos no Nordeste brasileiro, é que se põe em pauta o Semiárido Brasileiro¹ e suas características peculiares, sobretudo no âmbito das questões climáticas. Secularmente, foram desconsiderados nos planos de ações dos governos projetos de prevenção e estruturação para mitigar as consequências dos períodos de estiagens prolongadas. Ao aumentar a escala de análise, especificamente no início do século XXI, percebe-se no trabalho desenvolvido há quase 20 anos pela ASA uma possibilidade de promover a democratização do acesso à água às famílias camponesas do semiárido.

A ASA é um fórum de organizações sociais que abrange os dez estados localizados no semiárido brasileiro. É juridicamente representada pela Associação Programa Um Milhão de Cisterna (APIMC)², instituída em 2002, responsável pela condução das negociações das políticas de convivência na instância nacional, a captação de recursos financeiros, e acompanhamento sistemático do trabalho executado pelas organizações da rede.

Nessa perspectiva, buscou-se elucidar, por meio das pesquisas bibliográfica e documental, somadas aos depoimentos de colaboradores da instituição, como a ASA se torna, dentro dos limites condicionantes do sistema capitalista, um movimento contra-hegemônico³, quando se percebe na estrutura organizacional e de gestão uma lógica, majoritariamente, horizontalizada no âmbito das relações institucionais, além do processo emancipatório imbuído nas formações que compõem o plano de trabalho dos programas de convivência.

¹ O Semiárido Brasileiro abrange uma extensão territorial de 1.128.697 km², e engloba 1.262 municípios. Refere-se a uma região com características climáticas específicas no que tange às irregularidades pluviométricas que culminam em períodos de seca (SUDENE, 2017).

² Atualmente reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

³ O uso do termo pauta-se em Fontes (2018, p. 223), ao considerar que essas lutas poderiam ter um papel duplo: garantir conquistas institucionais e realizar o enfrentamento do próprio Estado. Entretanto, a autora não perde de vista que isso ocorre num campo de disputas de classe, um “campo minado”, em confronto com o “[...] conjunto das relações sociais burguesas”, inclusive o Estado.



2. O SEMIÁRIDO INDELÉVEL: DO POSITIVISMO NATURALISTA A UMA CRÍTICA POLÍTICO-SOCIAL.

Uma análise condizente com a realidade do semiárido brasileiro requer, em primazia, a compreensão do processo de criação ideológica da Região Nordeste dentro da proposta de desenvolvimento econômico nacional.⁴ As investidas do Estado em “modernizar” sua estrutura produtiva, de agrícola para industrial, constituíram, ao longo das décadas, disparidades sociais em espaços regionalmente delimitados e, nesse contexto, o semiárido se consolida enquanto “região problema” para a efetivação dos fins propostos ao crescimento do Nordeste. A opção político-administrativa de fracionar o espaço geográfico em “regiões” com fins classificatórios, de gestão e de intervenção, é enfaticamente criticada por Oliveira (1977, p. 30), quando esclarece:

[...] O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as “regiões” são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua dominância e pela conseqüente constituição de classes sociais [...].

Essa é uma concepção desenvolvida sob princípios marxianos de compreensão de mundo e da realidade, emergidos na década de 1970 no Brasil. Mas, para apreendermos histórico-geograficamente como ocorreu a estruturação social do Nordeste Brasileiro e, imbricada a esse, do seu semiárido, é mister reportar leituras como a de Alves (1982). A sua obra explicita três condicionantes do assentamento dos portugueses no território brasileiro atrelado à produção do açúcar nas capitanias: os solos áridos, chuvas irregulares e a resistência dos indígenas. Tal realidade foi posta como intransponível para o desenvolvimento das capitanias do “Norte”⁵ do Brasil e, portanto, se percebe o início da interpretação fatalista da localidade, ora por conta da seca, ora por conta da infertilidade dos seus solos e ora pelos índios, que se mantiveram, em sua maioria, resistentes a submissão aos colonizadores.

O denominado “Nordeste Seco”, do século XVII, que compreende o que hoje se conhece, geograficamente, como semiárido brasileiro, representava para a Coroa Portuguesa perda econômica, quando da intervenção, sem ações ordenadas e consistentes, nos períodos de longas estiagens, registradas, predominantemente, no Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte (ALVES, 1982). Somente em 31 de dezembro de 1908, com a Lei nº. 2.050, é que se apresenta,

⁴ Embora se use com recorrência o termo região nesse trabalho, não se tem a pretensão de desenvolver uma análise conceitual, uma vez que não é o objetivo da pesquisa em questão.

⁵ Denominação a qual se referia aos estados localizados na parte setentrional do território brasileiro, nos períodos que compreenderam o Império e Primeira República do Brasil (ANDRADE, 1988, p. 7).



concretamente, uma proposta interventiva do Estado para solucionar os problemas referentes as secas no “Norte” do Brasil, sob a diretriz de se construir açudes, poços e estradas de ferro (BRASIL, 1908).

Esse conjunto de ações interventivas, englobado a agentes sociais diversos, impulsionou, por exemplo, a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, e hoje denominada Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Com funcionalidade de execução e fiscalização das obras, o IOCS se tornou referência de institucionalização das questões acerca das secas. Demais órgãos fizeram parte desse mosaico na primeira metade do século XX, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado em 1933, a Companhia do Vale do São Francisco (CVSF), criada em 1948. (ANDRADE, 1984)

Da institucionalização dessas ações no Nordeste, embasadas, ainda, no discurso determinista de incidência das secas para explicar “sua” problemática socioeconômica e política, foi que, a partir da década de 1950, emergiram, mais incisivamente, análises e discussões na academia e movimentos sociais, à luz do rompimento da visão positivista, tecnicista e da superficialidade analítica da região na totalidade estrutural do Brasil. Embora, politicamente, não se havia mudado o parâmetro de abordagem estatal sobre a região, esse posicionamento intelectual de teóricos e militantes sociais é que possibilitou uma perspectiva diferente no entendimento da realidade brasileira, em contraposição ao discurso até então único e dominante. Dentre os protagonistas dessa ruptura da interpretação da realidade nordestina, destacam-se Celso Furtado, Gadiel Perrucci, Francisco de Oliveira, Manuel Correa de Andrade, o movimento das Ligas Camponesas, dentre outros.

A compreensão de que a seca é um fenômeno climático que compunha a totalidade da realidade do semiárido brasileiro, caracterizado pelas altas temperaturas e evapotranspiração, que se intercalam com o baixo índice pluviométrico (em algumas localidades) e a irregularidade das precipitações, não justifica a inoperância do Estado. A inércia durante décadas foi opção política, atrelada a escala maior de relações econômicas e sociais.

Destarte, até 1950, os órgãos instituídos para amenizar os flagelos da seca e promover o “desenvolvimento regional” não lograram êxito social, e nem econômico, mas fortaleceram a oligarquia dominante detentora de grandes extensões de terras, quando da descontinuidade dos financiamentos do DNOCS pelo Estado. Conseqüentemente, a oligarquia local assumiu o papel de credora no processo (MARANHÃO, 1984, p.87). Segundo o autor, em similitude com o que já aclarava Andrade (1988), o que se evidencia no devir dessas ações e relações do processo de implementação das “estruturas emergenciais” é a falta de comprometimento efetivo de solucionar as questões as quais tais órgãos se propuseram a resolver.



Somente em 1959 foi que se estruturou uma “*política econômica para o Nordeste*” (MARANHÃO, 1984), com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no governo de Juscelino Kubitschek. Apresentada como via de superação dos “desequilíbrios regionais” do Brasil, por meio da proposta governamental de industrialização na década de 1960, a SUDENE necessitava, em primazia, promover a integração de todas as regiões brasileiras.

Sobretudo, a intervenção do Estado no Nordeste com as inspetorias, departamentos e superintendências, que em sua maioria foram desenvolvidas por profissionais elitistas, os quais já tinham uma concepção de organização social, econômica e cultural estruturada sob os moldes mecanicistas do desenvolvimento, contribuiu com a difusão da região de miséria e retrógrada frente a sociedade brasileira. Como já afirmava Andrade (1988, p.37), “[...] o social e o político ficaram a reboque do econômico, acentuando e consolidando a pobreza regional”.

Ao ater-se especificamente ao semiárido e a forma de como se sucederam as mitigações dos períodos de estiagens é pertinente entender o papel dos meios de comunicação na propagação do sertão de miseráveis. A condução dessa temática pela mídia brasileira, de certa maneira, legitimou discursos e intervenções e, conseqüentemente, fomentou a indústria das secas. Essa, por sua vez, se articula entre a exploração do trabalho da população sertaneja nos períodos de seca e a captação de recursos federais e estaduais para a elite oligárquica.

A “indústria da seca”, estabelecida historicamente no semiárido, inviabilizou qualquer tentativa exitosa, até a década de 1990, de alternativas viáveis para a região, inclusive de cunho social e cultural. Camuflou o cerne da “questão regional”, que era a disputa de classe pelo poder, que se desdobrou para além da escala regional e nacional. Grosso modo, a realidade camuflada é o meio de se consolidar as intervenções/investimentos que acontecem como ações paliativas ao invés de estruturantes.

3. A ASA E A POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

Embora houvesse um efervescente movimento da sociedade em contraposição e refutação dos projetos estatais implementados para a promoção do desenvolvimento do Brasil, principalmente pela forma que eram conduzidos, foi somente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988, que foi permitida a participação da sociedade civil em espaços deliberativos de políticas públicas, junto ao poder público, em seus diferentes níveis de abrangência.



O Art. 204 da Constituição Federal, que concerne à Assistência Social, legalizou a constituição e organização de conselhos, comitês, fóruns e comissões fiscalizadoras de políticas públicas, os quais ainda seguem no controle social e propositores de ações/projetos imbricados com as demandas reais da população brasileira. É nesse contexto que é possível compreender a ASA, institucionalizada, no Brasil.

Sob um viés definidor, compreende-se a ASA como uma rede de relações entre mais de três mil organizações da sociedade civil representadas por sindicatos rurais, associações comunitárias de agricultores, cooperativas, ONG's, etc. (ASACOM, 2019). É o resultado da culminância de ideais e concepções de movimentos sociais, sindicais, religiosos e acadêmicos, focados na superação do discurso do combate à seca e da “indústria das secas”.

Na década de 1970, já eram registradas intervenções pontuais de resolução do flagelo da seca nas pequenas propriedades camponesas da região, inclusive com construções de cisternas. Essas ações eram encabeçadas, preponderantemente, por padres da Igreja Católica. Todavia, nos anos de 1980 e 1990 outras organizações se engajaram na busca de alternativas mais eficazes no trato das questões do semiárido nordestino. Destarte, foi especialmente na década de 1990 que se sucederam de forma mais sistemática e política as ações dessas organizações que já agiam em rede, como, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Cáritas, Articulação Água, Fórum Ambientalista, dentre outros. (ASA, 2002)

Foi esse coletivo, no ano de 1993, que apresentou ao governo federal⁶ o “Programa de Ações permanentes” para o semiárido, sob o viés da convivência com o semiárido, que trouxe maior notoriedade política da questão do campo e da seca no semiárido, bem como impulsionou a constituição de fóruns estaduais de discussões da temática, como o Focampo, no Rio Grande do Norte; Fórum Seca, em Pernambuco; Articulação do Semi-árido Paraibano, na Paraíba; e demais.

A construção da consciência de classe, oriunda das reflexões maturadas pelas organizações sociais, principalmente as organizações sindicais, apresentou-se como elemento impulsionador da convergência do entendimento consensual sobre a inexistência de políticas capazes de atender as especificidades do semiárido nordestino numa perspectiva de convivência. O Estado é questionado e as organizações se articulam de forma mais incisiva.

A perspectiva era fomentar ações que pudessem garantir a possibilidade de um desenvolvimento sustentável.⁷ Esse termo passou a ser midiaticado e também apropriado pelas organizações sociais, principalmente, após a realização das conferências mundiais sobre o clima, dentre elas a 1ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o

⁶ Nesse período estava em vigência o governo do presidente Itamar Franco.

⁷ Não é proposta discutir o termo, apenas sinalizar que sua concepção teórica é controversa, distante de uma consensualidade.



Desenvolvimento - Eco/ Rio-92; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+10; e a 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Esses eventos foram realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), no intuito de pautar a urgência de um “desenvolvimento sustentável” das nações com o compromisso de promover o bem comum⁸. Grosso modo, se tratava da mobilização mundial para abarcar novas necessidades socioeconômicas oriundas dos limites estruturais de acumulação e desenvolvimento do capital. A ONU não pautou, por exemplo, a necessidade de superação do sistema capitalista enquanto engrenagem da economia mundial, mas executou um papel de mediadora da discussão sobre os ajustes sociais viáveis no sistema do capital, esses compreendidos como estratégias de reestruturação das forças produtivas. Nesse interim e imbricadamente, foram realizados estudos investigativos sobre os aspectos econômicos e sociais de várias regiões do mundo, para melhor organizar essa outra “roupagem” da estrutura produtiva. São interpretações de um rizomático discurso capitalista envolto no “despertar do mundo” para a viabilidade e conscientização da relação sociedade-natureza, e dessa forma superação da pobreza. Embora ainda fosse intuito maior das conferências, em sua essência, promover um equilíbrio do uso dos recursos da natureza para a reprodução das sociedades, não conseguiu até então abalar o cerne da questão que é o modo de produção e a relação de dependência que ele consolida. (SILVA, 2006; PESSINI *et al*, 2016; LISBOA, 2007)

Foi nos desdobramentos da conferência Eco-92, inclusive com a inclusão da sociedade civil nos debates acerca da temática, que se consolidaram os coletivos representativos das demandas sociais e ambientais no Brasil. Destarte, é imprescindível destacar a mobilização realizada pelos movimentos sociais, principalmente as organizações sindicais, no ano de 1993, quando ocuparam a SUDENE, como oportunidade de explicitar para o governo brasileiro que a política intervencionista adotada frente a situação das secas no Nordeste era ineficaz. Os ocupantes propuseram uma política de convivência com as secas e o resultado dessa pressão política foi a criação do Fórum Nordeste, espaço em que foram pautadas alternativas em busca de soluções que tivessem como base as potencialidades da região. Esse coletivo transpõe a barreira entre sociedade civil e Estado na construção de políticas públicas. (COUQUEIRO, 2016)

Na mesma década, em julho de 1999, institucionalizou-se a rede Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Diz-se “institucionalizou” porque, conforme explica Fernanda Cruz⁹, em entrevista concedida a Santos (2016, p.147), já havia um trabalho iniciado há pelo menos 10 a 20

⁸Compõe o coletivo de organismos da ONU, inclusive inseridos na “missão” de conduzir a equidade social, econômica e educacional entre as nações o Banco Mundial (BIRD), a CEPAL, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), dentre outros. Atuam por meio de empréstimos financeiros, principalmente para os países “em desenvolvimento (ONU, 2019).

⁹ Integrante da Assessoria de Comunicação da ASABRASIL.



anos pelas organizações no âmbito das ações de convivência com o semiárido e a institucionalização aconteceu como forma de unir e potencializar a força desse setor.

Em cartilha elaborada para apresentar o Programa P1MC, registra-se que foi a ASA institucionalizada que coordenou o Fórum Paralelo da Sociedade Civil à COP3¹⁰, que teve como objetivo dar visibilidade mundial às questões específicas do semiárido brasileiro e difundir a necessidade de um “desenvolvimento sustentável” na perspectiva da convivência com o semiárido (ASA, 2002). Nesse evento, movimentos sociais, pesquisadores e intelectuais elaboraram a Declaração do Semiárido e, imbricadamente, assumiu-se o discurso e a possibilidade das *práxis* da convivência com o semiárido como via de solução mais adequada à realidade das famílias agricultoras do Nordeste semiárido. Em fevereiro de 2000, preocupou-se em criar uma identidade “[...] enquanto espaço de articulação política da sociedade civil”, além de estabelecer critérios de funcionamento. O resultado alcançado foi a elaboração e aprovação da denominada Carta de Princípios, documento que rege sua essência e os critérios de participação na rede.¹¹

Entre os anos 2000 e 2002, desenvolve-se o projeto piloto do P1MC, denominado Programa de Formação e Mobilização Social para Construção de Cisternas Rurais - Um Milhão de Cisternas, que, inicialmente, foi financiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e, *a posteriori*, pela Agência Nacional de Águas (ANA). Foram 500 e 12.400 cisternas construídas respectivamente, como “experimento” para que se pudesse identificar, analisar, sistematizar e aprimorar o plano de ação ideal para o programa, bem como consolidar um corpo gestor capacitado e eficiente para gerir o programa. (ASA, 2002)

Por meio da constituição de uma personalidade jurídica da rede ASA, no ano de 2002, a Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC), foi possível ampliar o campo de ação da sociedade civil nas políticas públicas, no sentido de transpor a militância propositiva à uma militância capaz de executá-las¹². Para tanto, foi estruturado um modelo de gestão política e administrativa, que denota uma relação descentralizada dos/nos processos decisórios da articulação.

Essa dinâmica de organização e funcionamento das relações da rede pode ser compreendida da seguinte forma: tem-se na escala nacional o coletivo representativo das organizações dos estados do Nordeste, e parte do Norte de Minas Gerais, que maturam, sistematizam e pautam as demandas de políticas de convivência com o semiárido no Brasil e internacionalmente trata-se da Comissão Executiva da AP1MC. Essa, por sua vez, mantém relação direta com os coletivos que representam a

¹⁰ 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca, realizada entre os dias 15 a 26 de novembro de 1999 na capital pernambucana, Recife, e patrocinada pelas Nações Unidas. (ASA, 2002).

¹¹ ASA (2002).

¹² Todavia, foi no governo do PT, principalmente nos mandatos de Lula da Silva, que as organizações da ASA conseguiram dar visibilidade aos projetos de convivência com o semiárido, principalmente, o P1MC.

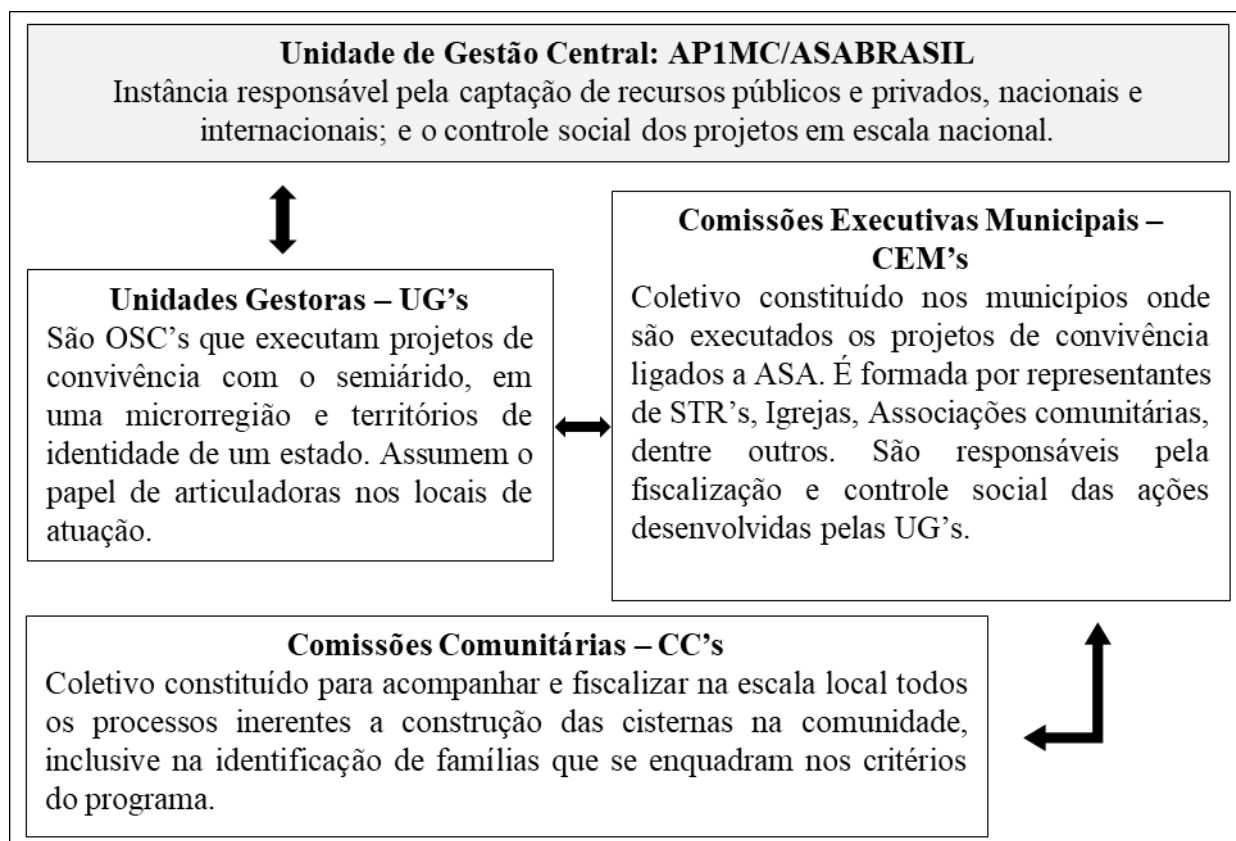


ASA nos estados, denominados de Comissões Executivas Estaduais, que são formadas por representantes das organizações, responsáveis pela mobilização dos diversos setores da sociedade, para se discutir, defender e implementar as políticas de convivência com o semiárido nos estados. Esses coletivos representativos relacionam-se, na escala microrregional, com organizações responsáveis pelo acompanhamento das ações na região. São as chamadas Unidades Gestoras Microrregional/ Territorial que se relacionam com os coletivos que desempenham o papel de controladores sociais dos programas nos municípios, que são as Comissões Executivas Municipais. A relação descrita acontece simultaneamente, do nacional para o municipal, bem como do municipal para o nacional.

Ainda sobre a APIMC, também denominada Unidade de Gestão Central, faz-se mister aclarar que é constituída por uma diretoria que está diluída em outro coletivo, a Coordenação Executiva Nacional (CE), e ambas são compostas por representantes das organizações da rede. Na CE cada Estado tem uma vaga titular e uma suplência. No total são dez membros titulares e dez suplentes definidos por processo eleitoral realizado pelos coletivos estaduais e, geralmente, com mandatos de dois anos. Todavia, esse tempo não é uma regra, pois cada estado regimenta sua atuação (BROCHARDT, 2013).

O processo de mobilização inerente a estrutura adotada pela ASA acontece quase que simultaneamente entre as suas instâncias. Nas ASA's Estaduais, por exemplo, segue-se a mesma logística de composição da CE Nacional. Cada Unidade Gestora (UG) do estado elege representantes titulares e suplentes para comporem a Coordenação Executiva Estadual. Trata-se de abordar especificidades das regiões em culminância com a conjuntura e realidade nacional. Essa formatação política-administrativa e operacional, a qual a ASA se apresenta, faz com que se ratifique a existência de uma fluidez de informações que converge para o fortalecimento da própria rede.

Notou-se o esforço da sociedade civil e intelectuais para apresentar uma proposta sólida de política pública para o semiárido com a construção do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o que se tornou a gênese da consolidação das políticas de convivência, não somente no âmbito da sugestão, mas, primordialmente, na execução. Entretanto, como haviam estruturados a organização e o funcionamento da ASA BRASIL numa perspectiva política-administrativa, para a gestão do P1MC não foi diferente (ASA, 2002), e teve-se a necessidade de aclarar como se daria o funcionamento do programa nas várias instâncias de sua abrangência. Dessa forma, formata-se a seguinte configuração demonstrada no quadro 1:

**Quadro 1:** Estrutura organizacional do Programa P1MC

Fonte: (ASA, 2002). Elaboração: Eliane Pereira Almeida Vale (2019).

No tocante ao funcionamento e a atuação das organizações que a compõem, a ASA agrega, de um lado, entidades apoiadoras da política de convivência com o semiárido nas instâncias municipal, estadual e federal, mas que não são executoras de nenhum programa da Articulação, a exemplo dos sindicatos, associações comunitárias e universidades; e do outro, organizações que estão diretamente vinculadas à execução dos Programas, bem como seu monitoramento. Essas últimas podem ser ainda subdivididas em: organizações cuja existência está imbricada com a continuidade da política de convivência com o semiárido, nas instâncias nacional, estadual e municipal; e as entidades que têm um campo de atuação mais diversa, fruto de um caminhar que antecede a própria existência da ASA, com acúmulo de experiência, inclusive, na captação de recursos nacionais e internacionais.¹³

O que fica evidente nesse imbricado sistema de relação interorganizacional dentro da ASA é que, por mais que as organizações construam individualmente suas prospecções, é na coletividade da rede que se fortalecem, se capacitam e onde apresentam com mais afinco a militância na luta por questões macros, que transpõem as individualidades.

¹³ Informações concedidas por colaboradores da ASA.



Outro item do funcionamento da rede ASA refere-se ao financiamento dos Programas. Em entrevista, o atual presidente da AP1MC, Alexandre Pires, informou que além dos financiamentos do Governo Federal, por contratação direta e/ou chamamento público, a Articulação também foi subsidiada por cooperações internacionais, especificamente, pela Cáritas Francesa e Misereor, ambas ligadas à Igreja Católica. Verifica-se que é ainda difícil um horizonte de manutenção desse processo, de certo modo, revolucionário, que a ASA promove, sem dependência financeira de órgãos nacionais e internacionais.

No entanto, o fato é que nos quase 20 anos de existência a ASA construiu quase 620 mil cisternas rurais de captação de 16 mil litros de água de chuvas para o consumo das famílias camponesas em todo semiárido nordestino (ASACOM, 2019). Ao se considerar, nos dias atuais, que cada família é composta, em média, por quatro integrantes, conforme informações registradas nos cadastros dos beneficiários do programa, estima-se que mais de dois milhões e quatrocentos mil pessoas foram beneficiadas diretamente com essa tecnologia social. Além dessas, têm-se 6.848 tecnologias implementadas nas escolas do campo; 103.528 tecnologias sociais para subsidiar a produção agrícola em pequena escala; e 793 casas comunitárias de semente. Todavia, são incomensuráveis a participação e influência desse fórum na construção de políticas públicas, inclusive na esfera governamental, num incessante movimento contra-hegemônico que se realiza de forma dialética e contraditória.

Esse caminho trilhado pela ASA, idealizado coletivamente, contrapõe os discursos da oligarquia regional, quando propunha discutir o semiárido com base nele mesmo, de suas possibilidades e potencialidades. Sobre as conjecturas acerca do desdobramento do P1MC, retomase a Malvezzi (2001, p.32) quando conclui que “O impacto sobre a saúde da população, sobretudo crianças e idosos, o alívio do trabalho feminino e inúmeras outras vantagens, só a história poderá dizê-lo”.

A possibilidade da convivência com o semiárido é uma assertiva que se iniciou com o P1MC e se desdobrou, *a posteriori*, nos demais programas implementados pela ASA, a exemplo dos programas Uma Terra e Duas águas (P1+2); Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido, e o Cisternas nas Escolas.

O Programa P1+2 dedica-se em promover a soberania alimentar e nutricional das famílias, por meio das tecnologias de estocagem de água destinadas a subsidiar os plantios e criações dos agricultores. Se o P1MC possibilita a democratização e soberania no acesso à água potável para beber e cozinhar, o P1+2 “arremata-o” ao suprir as necessidades produtivas, na dimensão da garantia da existência dessas famílias, além de vislumbrar possível geração de renda com a comercialização do excedente da produção. (ASACOM, 2019)



Já o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido “[...] tem sua concepção assentada no reforço das estratégias de resgate e valorização do patrimônio genético, através do fortalecimento das práticas já existentes de auto-organização comunitárias” (ASACOM, 2019). Nesse projeto faz-se levantamento e sistematização das sementes manejadas pelas famílias, etapas que apresentam a diversidade genética presente nas sementes guardadas pelas comunidades. O projeto resgata a prática do “guardar” enquanto estratégia de convivência e existência no semiárido, o que é ontológico e, dessa forma, constroem-se estruturas equipadas para facilitar e viabilizar uma estocagem organizada e segura.

Com o Cisternas nas Escolas se realiza a extensão da democratização da água, quando é garantida à comunidade escolar o direito à água potável. Implementa-se cisternas que armazenam 52 mil litros de água nas escolas do campo, o que possibilita, muitas vezes, o funcionamento ininterrupto das unidades e, em muitas outras, impede o seu fechamento. Para além desse âmbito material/emergencial, o projeto apresenta às coordenações pedagógicas, direções e secretarias de educação a possibilidade de desenvolverem uma metodologia de ensino baseada na contextualização do ensino à realidade dos educandos, apresentando-os à convivência como um instrumento de se permanecer e fortalecer no semiárido. Essa oportunidade se desdobra enquanto possibilidade de desconstrução paradigmática, quiçá, a construção de uma nova metodologia de se educar¹⁴.

O estudo consegue evidenciar, ainda, a importância da ASA para a extensão territorial amparada em suas ações. Até 2019, somou-se um montante de mais de 1,5 bilhões de reais administrado diretamente pelas APIMC¹⁵, e indiretamente pelas organizações da articulação, por meio das chamadas públicas. Portanto, o que se versa é o esforço de enxergar os inúmeros sujeitos beneficiados com essas políticas públicas que colocam o campo no centro do planejamento; as centenas de agricultores pedreiros que se tornaram cisterneiros do semiárido; a juventude campesina que se viu exercer o papel de monitores dos cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), Gerenciamento de Água para a Produção de Alimentos (GAPA), Sistema Simples de Manejo de Água (SSMA), confecção de bombas manuais e ajudantes de pedreiro; as mulheres que reviram o tempo de suas vidas, para se organizarem, liderarem e formarem dentro de suas realidades, inclusive na apropriação administrativa da produção familiar.

O sabido é que a ASA desenvolveu e desenvolve uma confluência de projetos focados, em primazia, no fortalecimento e ampliação das possibilidades de convivência com o semiárido,

¹⁴ Informações concedidas por colaboradores da ASA.

¹⁵ Portal da Transparência (2019).



inclusive com presença ativa em espaços de construção de novas políticas públicas que atendem necessidades transversais à existência digna das famílias camponesas. São novas bandeiras, mas a mesma essência. Dentre esses espaços destacam-se a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO); Comitê Consultivo do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Comitê de Desenvolvimento Territorial (CDT); Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF); Comitê Gestor do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC); Comitê Gestor do Projeto Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs); Comitê Gestor Garantia Safra; Comitê Nacional dos Fundos Solidários; Comitê Técnico de Tecnologias Sociais do Programa Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF); Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES); Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN); Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)¹⁶, dentre outros.

É salutar tornar público que alguns dos conselhos/comitês acima mencionados foram extintos pelo governo do Presidente Jair Bolsonaro, por meio da Medida Provisória 870/2019 de 01 de janeiro de 2019, dentre os quais destacam-se a CNAPO, o CONDRAF e o CONSEA (BRASIL, 2019a). Esse último, após pressão popular e de alguns parlamentares, foi reativado por meio da reformulação parcial da MP 870/2019, feita pela Câmara dos Deputados, e posteriormente enviada ao Senado Federal como Projeto de Lei de Conversão. Porém, em 18 de junho de 2019 o Presidente vetou essa recriação e sancionou a Lei nº 13.844, em que consta a organização dos órgãos presidenciais e ministeriais, e nela ratifica a extinção do conselho. (BRASIL, 2019b). Continua-se no campo social, popular e, em alguns casos, no parlamentar, a defesa do CONSEA e da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva da reversão dessa lei.

As ações do atual governo estão coerentes com o discurso que alicerçou sua campanha eleitoral. Trata-se de promover o enfraquecimento das organizações da sociedade civil do campo e da cidade, por meio da criminalização das ações contra-hegemônicas, como o controle social das políticas públicas e existência de espaços onde o povo tenha oportunidade, vez e voz. Além de tornar invisível as conquistas referentes às políticas de convivência com o semiárido.

Naidison Quintela¹⁷, coordenador da ASA Bahia e ex-presidente da APIMC, disse que: “Mudaram-se e muito, repentinamente, as coordenadas geográficas. Mas, como já as modificamos uma vez, poderemos modificá-las novamente”. E alicerçada nesse otimismo, mas “regada” pela racionalidade da conjuntura, que a ASA segue no enfrentamento.

¹⁶ ASACOM (2019).

¹⁷ Entrevistado em 04 de abril de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.



4. OS PROCESSOS FORMATIVOS NOS PROGRAMAS DA ASA

O procedimento metodológico adotado e multiplicado pela ASA na efetivação de suas ações no campo pode ser considerado uma das mais substanciais características do seu trabalho. Assuntos como monocultura, agrohidronegócio, desertificação, transgênicos, conservação das sementes e organização social fazem parte da programação das formações. Nas capacitações não se discute apenas as questões concernentes a construção das cisternas, no sentido “*strictu sensu*”, há transversalidade de abordagens, no intuito de fomentar um processo formativo aguçador do senso crítico das famílias camponesas, para, talvez, quiçá alcançarem autonomia na leitura de mundo e se enxergarem enquanto classe.

Para melhor aclarar sobre o conjunto de formações realizadas nos Programas da ASA, reportar ao quadro 2.¹⁸

Quadro 2: Formações dos Programas da ASA (2019).

Formações	Objetivo	Programas
Capacitação de Comissão Executiva Municipal	Levantar e sistematizar informações municipais e comunitárias acerca dos projetos; apresentar e reafirmar o papel das CEMs no processo construtivo da convivência com o SAB; fortalecer parcerias; socializar/debater conjunturas acerca da política de convivência.	P1MC P1+2 Sementes do Semiárido Cisternas nas Escolas
Mobilização Comunitária	Apresentar o projeto e seus critérios para as comunidades indicadas pelas comissões; criar a comissão comunitária para monitorar o projeto na localidade; sensibilizar a comunidade da importância do protagonismo de cada um(a) na materialização do projeto.	P1MC P1+2 Sementes do Semiárido Cisternas nas Escolas
Capacitação de Pedreiros	Nivelar o entendimento sobre o referencial procedimental aplicado durante o processo de construção das tecnologias sociais, para garantir o controle de qualidade e dos custos; capacitar agricultores na construção das cisternas.	P1MC P1+2 Cisternas nas Escolas
Intercâmbios (comunitário, intermunicipal, interestadual)	Promover a socialização de conhecimentos entre os agricultores, a vivência entre o saber popular e o conhecimento técnico-científico, no intuito de coadunar em novas alternativas de resolução das problemáticas persistentes no campo, sempre na perspectiva da convivência.	P1+2 Sementes do Semiárido
Microrregional/Microterritorial	Avaliar as ações dos programas desenvolvidos pelas UGs; socializar os desafios encontrados e superados; fortalecer parcerias; analisar e debater a conjuntura do semiárido; acolher sugestões para a lapidação das atividades inerente ao programa, e/ou aprimoramento das tecnologias sociais.	P1MC P1+2

Fonte: (ASA, 2002; 2019). Sistematização e elaboração: Eliane Almeida (2019).

¹⁸ Informações concedidas por colaboradores(as) da ASA em abril de 2019.



Além dessas formações elencadas, existem as que são específicas a cada programa. No P1MC, por exemplo, são realizadas a Capacitação de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Cidadania e Convivência com o Semiárido (GRH), e o Curso de Confecção de Bombas Manuais. O GRH trata do manuseio e do uso consciente da água da cisterna, para evitar o desperdício e sua contaminação. Transversalmente, abordam-se questões acerca da construção sociopolítica do semiárido; da importância do associativismo como instrumento de organização social para a garantia de direitos; e, por fim, a valorização e apropriação do P1MC como empoderamento das famílias. O Curso de Confecção de Bombas Manuais, por sua vez, refere-se a um processo prático e técnico desenvolvido, majoritariamente, por jovens agricultores, com ajuda de custo garantida, conforme a produção, durante o processo de aprendizagem. (ASA, 2002)

No Programa Cisternas nas Escolas, realiza-se o *Encontro de Mobilização Territorial*, que objetiva apresentar o projeto aos agentes envolvidos em sua execução, como os gestores dos municípios contemplados e demais setores da sociedade que se debruçam sobre a temática da educação do campo, e firmar parcerias; a *oficina Pedagógica em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido*, realizada com o corpo docente das comunidades escolares, onde são levantadas questões acerca das dificuldades de se consolidar uma educação do campo que valorize o cotidiano comunitário e a realidade dos alunos. Faz-se, portanto, o exercício de identificar os possíveis caminhos para transpor tais estruturas materiais e imateriais. Discute-se a política pública de convivência com o semiárido da ASA e sua distinção da política de combate à seca. Propõe-se a elaboração de projetos e planos de aula sobre o semiárido, no intuito de proporcionar a revisão dos discursos das classes dominantes por meio da desmitificação da seca enquanto causa única das mazelas dessa porção do território brasileiro. (ASA, 2019).

Há ainda o Encontro em Gerenciamento de Recursos Hídricos Escolar (GRHE): formação destinada especificamente às merendeiras(os) das escolas atendidas pelo projeto, agrega auxiliares de serviços gerais, mães/pais de alunos e nutricionistas. Socializam-se as realidades do abastecimento de água nas escolas e, por conseguinte, apresenta-se a cisterna como alternativa importante para o armazenamento adequado de água propícia ao consumo humano. As discussões abordam os cuidados com a cisterna; a construção social e política do semiárido, e como a água é inserida nesse processo; a relação soberania alimentar e nutricional e a alimentação escolar, e essas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). (ASA, 2019)

Sobre o Programa Uma terra e Duas águas (P1+2), as formações específicas são os cursos de Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos (GAPA) e Sistema Simplificado de Manejo da Água (SSMA). O GAPA objetiva socializar conhecimentos sobre o manejo da água e da terra,



numa perspectiva agroecológica; bem como a realização de atividades teórico-prática sobre defensivos naturais e adubação orgânica, culturas agrícolas e a rotatividade dentro do sistema produtivo. No SSMA, há predominância de trabalhos práticos, com resgates teóricos do GAPA, como a montagem dos canteiros produtivos com a instalação do sistema de irrigação simplificado, adubação agroecológica do solo. Durante o processo prático, são apresentadas alternativas de reaproveitamento das águas residenciais para possibilitar às famílias, maior oportunidade de uso e reuso.

No Programa Sementes do Semiárido, por sua vez, são realizadas formações sobre a Caracterização e gestão comunitária da diversidade de sementes, Gestão de estoques nos Bancos Comunitários de sementes e o Encontro Territorial sobre seleção, Produção e Multiplicação de Sementes. A *Caracterização e gestão comunitária da diversidade de sementes* é o processo formativo que trabalha a denominação das sementes crioulas, transgênicas e híbridas, de forma a conduzir os agricultores ao entendimento do que vem a ser patrimônio genético. Faz-se ainda o levantamento e a catalogação da diversidade de sementes da comunidade, e se constrói a reflexão sobre o risco de extinção desse patrimônio comunitário, que são as sementes, pelas diretrizes políticas e econômicas do parâmetro de agricultura aderidas pelo Brasil, principalmente, a partir da “Revolução Verde”, na década de 1960.¹⁹

A *Formação sobre Gestão de estoques nos Bancos Comunitários de Sementes* apresenta o passo-a-passo da elaboração do regimento de funcionamento do banco comunitário; de como fazer o cadastro e armazenamento das sementes; e como administrar o estoque para as finalidades de preservação (cópia de segurança), empréstimo e comercialização. Por fim, o *Encontro Territorial sobre seleção, Produção e Multiplicação de Sementes*, momento de socialização, divulgação e difusão das experiências exitosas de manejo, conservação, preservação e multiplicação de sementes crioulas entre os representantes das comunidades onde foram construídos Bancos Comunitários de Sementes. O ponto auge dessa atividade é a troca de sementes entre os agricultores(as) guardiões(ãs), para fins de multiplicação e conservação da biodiversidade nos territórios.²⁰

Foi possível identificar que a ASA também realiza formações no âmbito do planejamento e da avaliação dos programas. Para tanto, são organizados encontros estaduais e nacionais que se configuram como oportunidade coletiva de análises das conjunturas política, econômica e social, e seus rebatimentos nas ações de convivência, bem como a avaliação dos projetos nos estados e no Brasil.

¹⁹ Ricardo D’Onófrío. Entrevista realizada em 06 de maio de 2019. Entrevistadora: Eliane Almeida.

²⁰ Idem.



Contudo, o processo reflexivo da organização e atuação da ASA com seus processos formativos e informativos conota o quão é real o enfrentamento para a realização de políticas públicas para o campo. Pode-se dizer que a luta está imbricada à luta do campesinato pela existência, o que a torna, também, instrumento relevante no fortalecimento dessa classe.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens ratificam que a política de convivência com o semiárido emerge da necessidade de interpretar e intervir, contextualmente, o Nordeste. Sobretudo, foi a sociedade civil organizada, nas suas várias formatações institucionais, que pautaram o Estado sobre essa demanda, que inclusive era secular. Até o final do século XX, não haviam sido desenvolvidas ações na região que tivessem a capilaridade social apresentada na proposta das organizações da recém constituída ASA. O que se tinha como cenário eram ações intervencionistas de grande porte, conduzidas por órgãos do Estado e pelas elites oligárquicas.

A ASA se constitui enquanto elemento substancial de enfrentamento diante do positivismo naturalista inerente nas políticas intervencionistas do Estado. É nessa perspectiva que se ratifica que a sua existência está intrinsecamente relacionada aos desdobramentos da ação do Estado, em suas várias configurações, no Nordeste brasileiro, e na escala regional, no semiárido nordestino.

Seria inconsistente estudar a ASA sem buscar na literatura os acontecimentos históricos, os conflitos, as contradições e os órgãos intervencionistas estatais que, de certo modo, insuflaram o seu surgimento. Por isso, os autores e autoras analisados fizeram a diferença na compreensão dos contextos de intervenção estatal no Nordeste brasileiro, e dessa forma pode-se compreender a funcionalidade do campo em diferentes conjunturas.

REFERÊNCIAS

VALE, E. P. de A. **O “Desmonte” das políticas públicas de convivência com o semiárido: o Estado e a Articulação Semiárido Brasileiro entre 2014-2019**. 2020, 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

ALVES, Joaquim. **História das secas** (séculos XVII a XIX). Mossoró: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte/Escola Superior de Agricultura de Mossoró/Fundação Guimarães Duque (Coleção Mossoroense, v. 225). 1982.

ANDRADE, Manuel Correia. **O Nordeste e a Questão Regional**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. Formação Econômico-social e Processos Políticos no Nordeste Brasileiro. In: MARANHÃO, Sílvia. (org.). **A Questão Nordeste**. Estudos sobre formação Histórica,



Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1984, p. 31-40.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **Quem somos**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br>, acesso: 26 nov. 2019.

_____. **Programa Cisternas nas Escolas**. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/cisternas-nas-escolas>. Acesso em: 29 de mar. 2019.

_____. **Programa uma terra e duas águas (P1+2)**. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>. Acesso em: 29 de mar. 2019.

_____. **Programa de manejo da Agrobiodiversidade (Sementes do Semiárido)**. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido>. Acesso: 29 mar. 2019.

_____. **Programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido: Um milhão de cisternas rurais – P1MC**. Recife, 2002. 80p

BRASIL. Portal da Transparência. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/pessoa-juridica/05080329000123>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. **Lei nº 13.884 de 18 de junho de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Brasília. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/229997309/artigo-1-da-medida-provisoria-n-886-de-18-de-junho-de-2019>. Acesso em: 3 mai. 2019.

_____. **Medida Provisória 870/2019 de 01 de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/671147268/medida-provisoria-870-19>. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. **Lei nº 2.050 de 31 de dezembro de 1908**. Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1909, e dá outras providências. Lex: Coleção de Leis do Brasil de 1908, Rio de Janeiro. 1908. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/543824/publicacao/15714058> Acesso: Acesso: 20 mar. 2019

BROCHARDT, Viviane S. **A comunicação popular na construção de políticas públicas de acesso à água no semiárido: a experiência da ASA**. 2013. 231f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de pós-graduação em Comunicação (PPG-Comunicação). Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

COUQUEIRO, José da Rocha. **As experiências de captação de água de chuva realizadas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) nas comunidades Pau Branco e Tanque de Claudiano no município de Riacho de Santana-BA, de 2005 a 2015: limites e possibilidades**. 2016. 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPRI). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2016.



FONTES, Virgínia. Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes? **Revista Outubro**, n. 31, 2º semestre de 2018, p. 218-232

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso de desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. 2007, 272f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

MALVEZZI, Roberto. Fazer água. In: CÁRITAS BRASILEIRA; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (org.). Fian/Brasil. **Água de Chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo, Paulinas, 2001. p. 25-40.

MARANHÃO, Sílvio. (Org.). **A Questão Nordeste**. Estudos sobre formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

ONU. **O Sistema das Nações Unidas**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/organismos/organograma/> Acesso: 15 out. 2019.

PESSINI, L; SGANZERLA, A. Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da onu sobre o clima e meio ambiente. In: Revista Iberoamericana de Bioética. **Bioética: Puentes de futuro**. n. 1, 2016, p. 1-14. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/>. Acesso: 14 out. 2019.

SANTOS, T. A. **Articulação Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL): a convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência**. 2016. 232 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA. Roberto Marinho A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. 298f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.